

1 **ATA DA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2 **PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO 2009 – BIÊNIO DE 2009-2010.**  
3

4 Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e nove da era cristã, às  
5 dezesseis horas, no Auditório do Prédio da Amapá Previdência – AMPREV, situado a  
6 Rua Binga Uchôa, nº. dez, Centro, nesta Capital, reuniram-se pela sétima vez  
7 extraordinariamente, o Conselho Estadual de Previdência – CEP. A reunião do Conselho  
8 Estadual de Previdência para o biênio 2009-2010 foi aberta pelo Senhor Presidente Artur  
9 de Jesus de Barbosa Sotão, que cumprimentou os Senhores Conselheiros e demais  
10 presentes, dando prosseguimento. **PAUTA – ITEM 01** – O Senhor Presidente pediu para  
11 o secretário fazer a **LEITURA DO EDITAL** número, zero, zero, dezoito, de dois mil e  
12 nove, o qual convoca os Conselheiros para se fazerem presentes na sétima reunião  
13 extraordinária do ano de dois mil e nove, Biênio dois mil e nove e dois mil e dez. **PAUTA**  
14 **– ITEM 02** - O Conselheiro Presidente, Artur de Jesus Barbosa Sotão, fez a  
15 **VERIFICAÇÃO DO QUORUM**, chamando nominalmente os Conselheiros presentes na  
16 seguinte ordem, **Arnaldo Santos Filho**, ausente, representado pelo suplente Benedito  
17 Paulo de Souza, presente, **Wellington de Carvalho Campos**, ausente, **Haroldo Vitor**  
18 **de Azevedo Santos**, ausente, **Marcus Vinícius Gouvêa Quintas**, ausente, **Dalto da**  
19 **Costa Martins**, ausente, **Damilton Barbosa Salomão**, presente, **Estela Maria Pinheiro**  
20 **do Nascimento Sá**, presente, **Luiz Eduardo Nunes**, ausente, **Micherlon Mendonça**  
21 **dos Santos**, ausente, **Anatal de Jesus Pires de Oliveira**, presente, **Moisés Tavares de**  
22 **Araújo**, ausente, **Marlúcio de Almeida Souza**, presente, **Antônio Márcio de Souza**  
23 **Pelaes**, presente, **Rosival Nazareno Fortunato Monteiro**, presente e **Fernando Cezar**  
24 **Pereira da Silva**, presente. **PAUTA – ITEM 03 - LEITURA DAS JUSTIFICATIVAS DE**  
25 **AUSÊNCIAS:** Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá, Marcus Vinícius Gouvêa Quintas  
26 e Dalto da Costa Martins. Em seguida passou-se a **PAUTA – ITEM 04 – APRECIÇÃO**  
27 **E DELIBERAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA AMAPÁ PREVIDÊNCIA**  
28 **PARA 2010.** Inicialmente o Senhor Presidente explicou que a política de  
29 investimentos da AMPREV, foi aprovada em 2009, porém, por exigência da  
30 legislação, ela precisa ser revisada e atualizada anualmente, inclusive eles têm um prazo  
31 para encaminhar ao Ministério da Previdência. Continuando o Senhor Artur colocou  
32 que o Comitê de Investimentos foi quem elaborou a Política de Investimentos para que  
33 fosse submetida apreciação e deliberação do CEP. O Presidente colocou ainda que as  
34 alterações foram todas pautadas na resolução CMN 3790/2009. Em seguida o Senhor  
35 Artur passou a palavra ao Conselheiro Monteiro que iniciou a apresentação,  
36 agradecendo a presença de todos. Em seguida o Conselheiro colocou as razões das  
37 revisões na Política de Investimentos. Explicou o modelo de Gestão, mostrou as metas e  
38 diretrizes para adoção de recursos. Dando Continuidade o Senhor Cantuária,  
39 Assessor da Presidência, colocou que os dispositivos que obrigam a Política de  
40 Investimento apresentada são os artigos quatro e cinco, dentro da Resolução trinta e  
41 sete, noventa, e importante frisar que se a Política não for apresentada, ela é um item  
42 que bloqueia a expedição do CRP ao Governo do Estado. Em seguida, ele falou da  
43 composição do Comitê de Investimento, bem como das metas que foram atingidas. Após  
44 o Conselheiro Monteiro colocou que a AMPREV melhorou bastante e adquiriu uma  
45 representatividade em nível de Brasil e reforçou quanto, ela vem melhorando em matéria  
46 de investimentos. Prosseguindo, o Conselheiro Fernando Cezar fez uma  
47 intervenção, questionando que, se a matéria que está sendo apreciada é a Política de  
48 Investimento já foi aprovada por este Conselho, cabendo, eles apreciarem apenas as  
49 novas alterações propostas ou se está apresentando uma nova Política de Investimento  
50 para o ano de dois mil e dez, porque desta forma, ele não está conseguindo acompanhar  
51 o raciocínio. O Conselheiro Fernando falou ainda que se for apresentação, ele não irá  
52 folhear o material, mas se for apreciação ele terá que verificar todo o conteúdo. O  
53 Conselheiro Monteiro colocou que as alterações dentro da Política foram diversas e se  
54 eles forem falar de cada item alterado, levarão mais tempo, do que fazer esta  
55 apresentação, porque no contexto, eles têm mesmo que aprovar uma nova Política de

56 Investimento. **A Conselheira Estela perguntou ao Conselheiro Monteiro**, qual foi  
57 pontualmente a modificação mais expressiva para que eles pudessem ter um referencial.  
58 O Conselheiro Monteiro colocou que o item quatro, ponto cinco, da página seis, está  
59 obedecendo ao que a Resolução determina e onde se enquadra cada produto. **O**  
60 **Conselheiro Benedito Paulo colocou** que a preocupação na verdade é como era antes  
61 a Política, e como ficou depois da adequação à Resolução 3790/2009. **O Conselheiro**  
62 **Fernando Cezar pediu** uma questão de ordem, dizendo que olhando a questão da  
63 Política de Investimento e no Regimento Interno, no artigo terceiro, onde fala das  
64 competências do Conselho Estadual de Previdência – CEP, no inciso dois, onde entra a  
65 Política de Investimento, que diz "... definir as diretrizes e regras relativas à aplicação dos  
66 recursos econômico-financeiros do RPPS/AP, à política de benefícios e à adequação  
67 entre os planos de custeio e de benefícios...", **exige segundo o Regimento Interno do**  
68 **Conselho para ser votada, quorum especial**, ou seja, de dois terços e eles estão no  
69 **limite de instalação**, e se precisa ser deliberada, o artigo cento e seis e o parágrafo seis  
70 do artigo cento e dois, diz que no momento do voto, a Presidência não vota. **O**  
71 **Conselheiro fechou** a fala dizendo que desta forma a deliberação estaria  
72 comprometida, visto que teriam que ter no mínimo onze conselheiros para deliberar a  
73 matéria. Em seguida o **Senhor Presidente colocou** que, de que qualquer forma, já que  
74 eles estão reunidos que a apresentação continuasse. **O Conselheiro Fernando Cezar**  
75 **insistiu** que a apresentação ficou comprometida e recorreu ao artigo vinte e oito, que  
76 coloca o seguinte: o processo incluído na ordem do dia, após a designação do respectivo  
77 Conselheiro-Relator, deve ser apreciado seguindo as disposições adiante indicadas:  
78 inciso um: apresentação de relatório pelo Conselheiro-Relator, no qual devem ser  
79 evidenciados elementos como parte interessada, o objeto do processo e as condições de  
80 sua instrução; inciso dois: discussão da matéria; inciso três: leitura do voto do  
81 Conselheiro-Relator; inciso quatro: votação; e inciso cinco: proclamação da decisão do  
82 Conselho. **O Conselheiro falou** que olhando rápido no plano, já sentiu falta do item  
83 quatro ponto dois e oito itens relacionados fala da elaboração do comitê de investimento,  
84 e a sua finalidade e competência, que para ele é importantíssima e suprimida na nova  
85 Política. **O Conselheiro Monteiro colocou** que as mudanças estão de acordo com lei e  
86 que não discorda do colega Conselheiro Fernando, mas devido às exigências e urgência,  
87 foi necessário fazer as alterações, mas que as mudanças são bem mínimas. **O**  
88 **Conselheiro Márcio colocou** que a Política de Investimento de 2009-2010, já foi  
89 aprovada, e que eles estão apenas analisando alteração, ou seja, a adequação à  
90 Resolução 3790/2009. **O Senhor Presidente falou** que fica um pouco apreensivo visto  
91 que semana que vem, alguns Conselheiros não estarão aqui em Macapá, devido ao  
92 recesso de final de ano, e com o impasse neste de item da pauta, o Senhor Artur propôs  
93 que o assunto fosse discutido em uma outra reunião extraordinária. Assim o colegiado  
94 chegou a um consenso, marcando uma próxima reunião extraordinária para trata este  
95 assunto, dando tempo aos Senhores Conselheiros para lerem o material que trata da  
96 Política de Investimento. **O Conselheiro Fernando Cezar propôs** que fosse entregue  
97 nesta reunião, o Edital de Convocação datado para o dia vinte e três de dezembro de  
98 dois mil e nove, às dez horas da manhã, no auditório da AMPREV. Colocada a sua  
99 proposta em apreciação e não sem nenhuma objeção. **Ficou desta forma acordado a**  
100 **realização da oitava reunião extraordinária do ano de dois mil e nove, que tratará**  
101 **da Proposta de adequação da Política de Investimento à Resolução 3790/2009.**  
102 Continuando a **PAUTA – ITEM 05 – HOMOLOGAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE**  
103 **SEGREGAÇÃO DE MASSA.** **O Senhor Presidente colocou** que este assunto foi  
104 apresentado por uma Comissão aos Senhores Conselheiros e que tudo foi explicado,  
105 ficando apenas a sua apreciação. Desta forma, o **Senhor Presidente colocou** em  
106 votação a proposta para o plenário. Em seguida a **Conselheira Estela colocou** que é  
107 uma situação que eles não podem fugir e que é a mais viável, e ela acha que não ver  
108 porque, eles aprovarem. Finalizando disse que vota pela aprovação. **O Senhor**  
109 **Presidente colocou** que a cópia do Projeto de Segregação de Massa, que ele distribuiu  
110 aos Conselheiros, foi a que veio da Assembleia e que está aguardando apenas o Senhor

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left, a circled 'P' in the center, and several other initials and signatures on the right.

111 Governador para assinar, ou seja, sancionar a Lei. **O Conselheiro Fernando Cezar**  
112 **colocou** que com relação à apreciação desta redação relativa ao Projeto, taxativamente,  
113 eles não têm o que opinar, pois ela só está aguardando a assinatura do Governador,  
114 para entrar em vigência. A sua preocupação se remonta a partir do momento que se  
115 aconteceu o processo. Na realidade a Segregação está estabelecida desde da vigência  
116 do decreto dezessete, trinta e nove, e é essa a implementação, tanto que a partir de  
117 janeiro de dois mil e seis, a roupagem desses enquadramento terão que está adequados  
118 as exigências e que por exemplo, os entes terão que ter duas folhas de pagamento,  
119 aqueles que se enquadram em cada plano e nenhum foi avisado e a maioria vai  
120 entrando de recesso, como é que vai ser processada essas folhas em janeiro. O  
121 Conselheiro Fernando Cezar colocou ainda que fique claro e consignado no seu voto,  
122 que o procedimento da homologação desta matéria, não foi submetido a este Conselho,  
123 ou seja, o Conselho não aprovou, até porque ele segue a base do cálculo atuarial que  
124 não foi aprovado de dois oito. **ASSIM COLOCADA EM VOTAÇÃO, O CONSELHO**  
125 **DECIDIU À UNANIMIDADE PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROPOSTA DE**  
126 **SEGREGAÇÃO DE MASSA** e a pedido do Conselheiro Fernando Cezar fica  
127 registrado nesta ata que o procedimento da homologação desta matéria, não foi  
128 submetido a este Conselho, ou seja, o Conselho não aprovou, até porque segue a  
129 base do cálculo atuarial que não foi aprovado pelo CEP. Por fim, **O Presidente**  
130 **agradeceu** a presença de todos e falou para os Conselheiros aguardarem a convocação  
131 da próxima reunião e o Senhor Presidente deu por encerrada a Sétima Reunião  
132 Extraordinária, cuja presente Ata foi lavrada por mim Jonilson Vilhena Martins, que,  
133 depois de lida e achada conforme, será assinada por todos os membros presentes.  
134 Macapá, 18 de dezembro de 2009.

135

136

137

138

Artur de Jesus Barbosa Sotão: \_\_\_\_\_

**Presidente do Conselho**

139

140

141

142

Arnaldo Santos Filho: \_\_\_\_\_

**Membro titular, representante do Poder Executivo.**

143

144

Benedito Paulo de Souza: \_\_\_\_\_

**Membro suplente, representante do Poder Executivo.**

145

146

147

Wellington de Carvalho Campos: \_\_\_\_\_

**Membro titular, representante do Poder Executivo.**

148

149

Eliberto Nery Farias: \_\_\_\_\_

**Membro suplente, representante do Poder Executivo.**

150

151

152

Haroldo Vitor de Azevedo Santos: \_\_\_\_\_

**Membro titular, representante do Poder Executivo.**

153

154

Maria Conceição Laurinho dos Santos: \_\_\_\_\_

**Membro suplente, representante do Poder Executivo.**

155

156

157

158

Marcus Vinícius Gouvêa Quintas : \_\_\_\_\_

**Membro titular, representante do Tribunal de Justiça**

159

160

Gilberto de Paula Pinheiro: \_\_\_\_\_

**Membro suplente, representante do Tribunal de Justiça.**

161

162

163

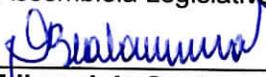
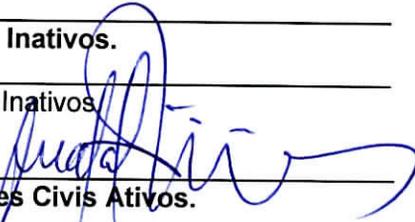
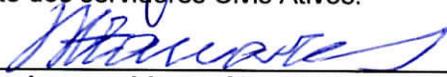
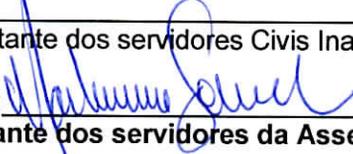
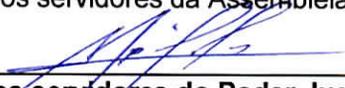
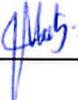
Dalto da Costa Martins: \_\_\_\_\_

**Membro titular, representante da Assembléia Legislativa.**

164

165

Manoel Brasil de Paula Filho: \_\_\_\_\_

166 Membro suplente, representante da Assembléia Legislativa.  
167  
168 Damilton Barbosa Salomão:   
169 **Membro titular, representante do Tribunal de Contas.**  
170 Rozane de Almeida Chaves: \_\_\_\_\_  
171 Membro suplente, representante do Tribunal de Contas.  
172  
173 Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá: \_\_\_\_\_  
174 **Membro Titular, representante do Ministério Público.**  
175 Marcelo Moreira dos Santos: \_\_\_\_\_  
176 Membro suplente, representante do Ministério Público.  
177  
178 Luiz Eduardo Nunes: \_\_\_\_\_  
179 **Membro titular, representante dos Militares ativos.**  
180 Ademair Rodrigues dos Anjos: \_\_\_\_\_  
181 Membro suplente, representante dos Militares ativos.  
182  
183 Micherlon Mendonça dos Santos: \_\_\_\_\_  
184 **Membro titular, representante dos Militares Inativos.**  
185 Ana Maria Correa Beleza: \_\_\_\_\_  
186 Membro suplente, representante dos Militares Inativos.  
187  
188 Anatal de Jesus Pires de Oliveira:   
189 **Membro titular, representante dos servidores Cívis Ativos.**  
190 Cleydson Sousa do Nascimento: \_\_\_\_\_  
191 Membro suplente, representante dos servidores Cívis Ativos.  
192  
193 Moisés Tavares de Araújo:   
194 **Membro titular, representante dos servidores Cívis Inativos.**  
195 Edson França: \_\_\_\_\_  
196 Membro suplente, representante dos servidores Cívis Inativos.  
197  
198 Marlúcio de Almeida Souza:   
199 **Membro titular, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.**  
200 Cezar Souza de Melo: \_\_\_\_\_  
201 Membro suplente, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.  
202  
203 Antônio Márcio de Souza Pelaeas:   
204 **Membro titular, representante dos servidores do Poder Judiciário.**  
205 Alvino Boucinha da Fonseca: \_\_\_\_\_  
206 Membro suplente, representante dos servidores do Poder Judiciário.  
207  
208 Rosival Nazareno Fortunato Monteiro: \_\_\_\_\_  
209 **Membro titular, representante dos servidores do Tribunal de Contas.**  
210 Juliano Andrade de Araújo: \_\_\_\_\_  
211 Membro suplente, representante dos servidores do Tribunal de Contas.  
212  
213 Fernando Cezar Pereira da Silva:   
214 **Membro Titular, representante dos servidores do Ministério Público.**  
215 Idelmir Torres da Silva: \_\_\_\_\_  
216 Membro suplente, representante dos servidores do Ministério Público.  
217  
218 Jonilson Vilhena Martins:   
219 Secretário do CEP